

# Emenda Cardoso une eternos concorrentes

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

José Sarney, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, Leonel Brizola e Lutz Inácio da Silva unidos? A hipótese soa como fantasia, mas está a um passo de se concretizar. Obviamente a união se refere a um único aspecto da conjuntura, no caso, a Constituinte. Jamais a planoa, programas, idéias, doutrina ou equivalentes. Estarão unidos em torno da emenda apresentada pelo senador Fernando Henrique Cardoso, na Assembleia Nacional Constituinte, estabelecendo mandatos de quatro anos para todos os presidentes da República, inclusive José Sarney, e abrida a possibilidade de reeleição imediata.

A fórmula consulta os interesses de todos. Sarney gostaria, é claro, de permanecer por cinco anos no poder. Já declarou isso mais de uma vez, ainda que com a ressalva de aceitar qualquer decisão da Assembleia Nacional Constituinte. Do que ele se ressentia, porém, mais do que tudo, é de ter o seu mandato fixado em quatro anos, enquanto o de seus sucessores, em cinco. Seria uma diminuição, uma espécie de reprovação, ou, pior, um bilhete azul expedido pelas representações do povo. Não teria como rechaçar, mas se sentiria humilhado. Se os quatro anos são estendidos a todos os futuros presidentes da República, a questão muda de figura. Diminuiria muito o empenho do governo em obter a vitória da emenda dos cinco anos para Sarney, de autoria do deputado Matheus Iensen.

Ulysses Guimarães pensa da mesma forma. Precisa dos quatro anos para aspirar à Presidência da República, mas não deseja criar constrangimentos para Sarney. No seu caso, os quatro anos são imprescindíveis. Logo depois da promulgação da nova Constituição, sairá obrigatoriamente candidato do PMDB. Será imbatível na convenção peemedebista, como único líder capaz de manter a unidade do partido. Se passarem os cinco anos, fixando-se eleições apenas para 1989, adeus. Não evitará o racha, nem conseguirá impedir que Orestes Quércia se apresente. Assim, de uns dias para cá, têm sido longas e públicas as elogios que faz à emenda de Fernando Henrique Cardoso.

Aureliano Chaves, também candidato, aderiu à tese. Ressalta que um período de cinco anos é o ideal para os presidentes da República, enquadrando-se, aliás, na tradição moderna da República. No entanto, não vê como se possa dar cinco anos aos futuros candidatos e quatro ao atual. Os mandatos não podem, jamais, ficar subordinados ao desempenho dos mandatórios. Por isso, acredita estar a solução nos quatro anos para todos, com a adoção do princípio em vigor nos Estados Unidos. Uma reeleição imediata pode ser permitida, pois, se um presidente vai bem, se dispõe do apoio popular e se está disposto a se apresentar, deve dispor desse direito. No fim, quem decide é o povo.

Leonel Brizola arregalou os olhos quando o líder Brandão Monteiro, pela primeira vez, lhe deu conta da nova proposta. Recomendou ao PDT preparar-se para apoiá-la na Constituinte. Ele deseja eleições este ano e também gostaria de um mandato de cinco anos, mas, se fica aberta a possibilidade de governar por oito anos, sendo reeleito, é sopa no prato de mel de suas ilusões. Lutz Inácio da Silva não tem nada contra, antes pelo contrário. Mesmo consciente de dispor de poucas possibilidades de se eleger, quer promover o mais breve possível a reestruturação do PT, o que se fará através da campanha presidencial, este ano. Tudo o mais que vier será luara.

Assim, por ironia ou coincidência, acopiam-se os interesses do atual presidente da República e dos prováveis candidatos à sua sucessão. Outros nomes cogitados, como Antônio Ermírio de Moraes, Jânio Quadros, Franco Montoro e até o infeliz general João Figueiredo, não ficaram contra, mesmo não possuindo poder de influência na Assembleia Nacional Constituinte. Afinal, o que desejam é ter abertas o mais depressa possível as chances de disputar o poder. Uns, pela idade, ficam mais pressurosos do que outros. Mas esse sentimento é comum a todos, dos quais jamais se afastará o sonho da reeleição.

A emenda Fernando Henrique Cardoso, assim, está em alta. Pode, ou até deve, ser aprovada, quando se debater o mandato dos futuros presidentes da República, dentro de algumas semanas. Perderia a importância a discussão posterior, no capítulo das disposições transitórias, sobre o mandato do presidente José Sarney. Uma espécie de denominador comum, igualando os interesses, faria com que as bancadas constituintes resolvessem facilmente o problema. É claro que ele estará intimamente ligado a outro, o do sistema de governo. O parlamentarismo parece derrotado, mas, como a emenda presidencialista deixa a desejar, há quem julgue possível o ressurgimento de tendências em favor do sistema parlamentar de governo. O deputado José Serra é um deles. Em seu entender, se aprovado o presidencialismo proposto na emenda Teodoro Mendes, tanto o Executivo quanto o Legislativo ficarão enfraquecidos. Porque a sugestão permite a derrubada de ministros pela Câmara dos Deputados, ainda que o poder permaneça todo em mãos do presidente da República. As barganhas, o fisiologismo e o clientelismo encontrariam campo fértil para vicejar.

Por enquanto, é cedo para registrar alteração maior na questão do sistema de governo. O presidencialismo domina o plenário. Mas surpresas sempre podem acontecer, ainda que todos os candidatos à Presidência da República já se tenham definido e não admitam reviravolta: querem ser eleitos no presidencialismo para governar a plenitude das prerrogativas de chefe de estado e chefe de governo.

C.C.